

Restrições de Trump não interferem fora dos EUA

Caso sanções atinjam Moraes, especialista explica os efeitos

Por Karoline Cavalcante

Caso as restrições anunciadas pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, nesta quarta-feira (28), se estendam ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, isso poderá resultar em impasses políticos e gerar embargos diplomáticos e até econômicos entre os dois países. No entanto, é pouco provável que tais sanções impactem significativamente a vida do magistrado, pois as restrições previstas só teriam efeito dentro do próprio território norte-americano. A análise ao Correio da Manhã é da advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes.

No comunicado divulgado nesta quarta-feira (28), Rubio anunciou uma nova política de restrição de vistos, que será aplicada a autoridades estrangeiras e indivíduos envolvidos em atos de “censura” contra cidadãos estadunidenses. “Por muito tempo, os americanos foram multados, assediados e até mesmo acusados por autoridades estrangeiras por exercerem seus direitos de liberdade de expressão”, iniciou o chanceler em publicação na plataforma X (antigo Twitter).

“Estrangeiros que trabalham para minar os direitos dos americanos não devem ter o privilégio de viajar para o nosso país. Seja na América Latina, na Europa ou em qualquer outro lugar, os dias de tratamento passivo para aqueles que trabalham para minar os direitos dos americanos acabaram”, prosseguiu.

Moraes

Embora a medida não tenha, até o momento, men-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Eventuais restrições em nada comprometeriam a vida de Moraes no Brasil

cionado nomes de quem será efetivamente atingido, o representante da Casa Branca sugeriu na semana passada a possibilidade de aplicar sanções contra Moraes. Ao ser questionado pelo deputado Cory Mills (Republicano) sobre as possíveis providências contra o ministro do STF durante uma audiência na Comissão de Relações Exteriores no Congresso dos EUA, disse que o governo avaliava a hipótese com base na Lei Global Magnitsky — legislação do país que autoriza a imposição de punições contra aqueles que o governo considere envolvidos com corrupção ou violação de direitos humanos.

O parlamentar teria se reunido com o deputado federal brasileiro Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Eduardo está licenciado do mandato desde março sob justificativa de perseguição política, ele tem utilizado o período de afastamento para residir nos Estados Unidos com a intenção

de “resgatar liberdades perdidas” no Brasil. Em suas redes sociais, parabenizou o anúncio de Rubio: “A América está trazendo esperança para todos os lutadores pela liberdade”.

Só nos EUA

Hanna Gomes explica que apesar da Lei Magnitsky ter aplicação global, ela só tem efeito internamente. “Os critérios de restrições podem vir a criar obstáculos para impedir uma pessoa determinada ou uma coletividade específica de entrar ou ter bens, renda e propriedade nos EUA. Porém não têm o poder de gerar quaisquer efeitos jurídicos, limitando direitos do cidadão brasileiro, em solo brasileiro”.

Eduardo Bolsonaro chegou a mencionar esta semana que a Lei Manitsky poderia impedir Moraes ou alguma outra pessoa punida de ter cartão de crédito com bandeira originária dos EUA ou mesmo usar automó-

veis de aplicativo de uma empresa cuja sede original seja lá. Não é assim. Os cartões de crédito, no caso, são administrados por bancos brasileiros, e é também no Brasil a sede da empresa de automóveis por aplicativo que aqui atua. Hanna afirma, portanto, que ficam garantidos os direitos civis e políticos do ministro, “que, inclusive, já declarou não possuir contas nos EUA e nem ter interesse em visitar a “terra do Tio Sam”.

As articulações de Eduardo Bolsonaro, porém, estão sendo mal recebidas pela Justiça de seu país de origem.

Nesta semana, a Suprema Corte autorizou a abertura de um inquérito para apurar a sua conduta.

No pedido, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, justifica às reiteradas declarações do parlamentar, em que defende a imposição de sanções por parte do governo dos EUA contra autoridades brasileiras.

PF prende suspeitos de vender homicídios de autoridades

Por Karoline Cavalcante

A Polícia Federal prendeu preventivamente, nesta terça-feira (28), cinco suspeitos de envolvimento no assassinato do advogado Roberto Zampieri, executado a tiros em frente ao seu escritório em Cuiabá (MT), em dezembro de 2023. De acordo com a corporação, o grupo criminoso é acusado de envolvimento em crimes como espionagem e homicídios sob encomenda.

A ação faz parte da sétima fase da Operação Sisamnes — que também investiga um esquema de venda de sentenças em tribunais brasileiros, incluindo o Superior Tribunal de Justiça (STJ) — e ganhou força à medida que foram encontrados indícios de corrupção no celular de Zampieri.

Além das prisões, estão sendo cumpridos quatro mandados de monitoramento eletrônico, entre eles, de Salezia Maria Pereira de Oliveira, e seis de busca e apreensão. As ações estão sendo realizadas nos estados de Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. As diligências foram autorizadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Cristiano Zanin.

O grupo se autodenominava “Comando C4” — ou “Comando de Caça Comunistas, Corruptos e Criminosos”. Entre os presos nesta quarta-feira, estão: Aníbal Manoel Laurindo (produtor rural, suposto man-



Waldemir Barreto/ Agência Senado

Rodrigo Pacheco era monitorado pela quadrilha

dante); Etevaldo Luiz Caçadini (coronel da reserva do Exército, suposto financiador); Antônio Gomes da Silva (suposto atirador); Hedilerson Barbosa (suposto intermediador, responsável pela pistola 9mm usada no crime); Gilberto Louzada da Silva (cujo envolvimento ainda está sendo investigado).

Coronel

Ao Correio da Manhã, o Exército Brasileiro confirmou que o Coronel Caçadini, que se encontra na reserva desde 2002, está preso preventivamente e à disposição da Justiça. O militar está sendo

mantido em uma Unidade do Exército na Guarnição de Cuiabá. A denúncia contra Caçadini foi recebida pelo STF em fevereiro de 2024.

“O Exército acompanha as diligências realizadas e, quando instado, atende às demandas de outros órgãos em todos os procedimentos relacionados à Força. Contudo, a Instituição não se manifesta sobre processos conduzidos por outros órgãos”, disse a nota.

Procurada pela reportagem, a defesa do Coronel e de Salezia destacou que, até o momento, não foram encontrados elementos ilícitos nas

buscas realizadas na cidade de Belo Horizonte.

Autoridades

Segundo o portal UOL, entre os materiais encontrados pela Polícia Federal, foi localizada uma tabela com valores destinados ao monitoramento e execução de autoridades, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal e parlamentares. Os preços variavam de R\$ 50 mil a R\$ 250 mil, com valores mais altos destinados a membros do Judiciário. Por considerar o preço baixo, a PF suspeita que tais valores indicavam a prática de espionagem.

Também foram encontrados registros internos da organização, detalhando setores operacionais, locação de casas e apartamentos, uso de armamentos e até envolvimento de garotas e garotos de programa, mencionados como “iscas”. O grupo usava uma empresa de segurança privada como fachada para suas atividades criminosas.

Registros obtidos pela PF indicam que figuras como os ministros do STF Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin, além do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estavam sendo monitorados.

Em relação a Pacheco, a PF identificou anotações com a expressão “vigilância armada” em momentos que coincidem com a chegada do parlamentar ao Brasil de suas viagens internacionais.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Marina Silva decidiu abandonar a sessão

Afrontas a Marina preocupam até bancada do agro

Até mesmo parlamentares ligados à bancada do passa a boiada lamentavam, nos bastidores do Congresso, a atitude dos três senadores que afrontaram a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Na avaliação de alguns deles, a agressividade de Plínio Valério (PSDB-AM), Marcos Rogério (PL-RO) e Omar Aziz (PSD-AM) foi excessiva e gerou um efeito contrário ao provocar

solidariedade à ministra.

O fato de Marina ser mulher, negra e evangélica tornou o episódio ainda mais delicado. Para um parlamentar do PL, os senadores pecaram pelo exagero, deram, o que no futebol é classificado de “um drible a mais”.

Perderam um jogo fácil de ser vencido, principalmente pela resistência que a pauta ambiental enfrenta no Congresso.

Temor

Integrantes da poderosa bancada do agronegócio temem que o episódio possa, de alguma forma, complicar a aprovação na Câmara do projeto que muda a legislação ambiental — na prática, derruba uma série de medidas de preservação estabelecidas há anos.

Lula em campo

Aprovado originalmente na Câmara, o projeto foi mudado pelos senadores e terá que voltar a ser analisado pelos deputados. O governo deixou a proposta correr solta, mas o caso Marina tende a fazer com que, pressionado, Lula vete mais artigos do que o previsto.

Carlos Moura/Agência Senado



Portinho: Senado restringiu propaganda de apostas

Senado limita propaganda de bets: relator queria ainda mais

Autor do relatório do projeto — aprovado ontem pelo Senado — que limita a publicidade das bets, Carlos Portinho (PL-RJ), diz que gostaria de medidas mais radicais, como a proibição total de anúncios de apostas.

Afirma, porém, que precisava levar em conta posições divergentes, como as de clubes de fu-

tebol, e também a liberdade do mercado.

Em nota, diversos clubes da Série A, ressaltaram que a aprovação da medida “representaria o colapso financeiro de todo o ecossistema do esporte e, em especial, do futebol brasileiro”. Segundo o documento, o esporte perderia cerca de R\$1,6 bilhão por ano.

Protestos

Portinho frisou que, assim que divulgou a nota, a conta do Flamengo no X foi inundada por posts favoráveis à proibição da publicidade das bets. Entre os outros clubes que assinaram o documento estão Botafogo, Palmeiras, São Paulo, Grêmio e Fluminense.

Nos estádios

O projeto, que seguirá para a Câmara, cria restrições à exibição de marcas de bets em estádios: só haverá anúncios de patrocinadores dos times que estiverem em campo e de casas de apostas que tenham comprado o direito de batizar arenas ou competições.

Limites

A proposta do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) proíbe qualquer publicidade das bets. Portinho estabeleceu horários para a propaganda: em TVs e internet, entre 19h30 e 24h. Comerciais só serão admitidos antes e depois de transmissões de jogos ao vivo.

Dependência

Apenas jogadores com mais de 18 anos poderão usar uniformes com marcas de bets. O projeto impede uso de desenhos animados e de pessoas nos comerciais. A publicidade terá que trazer a frase: “Apostas causam dependência e prejuízo a você e à sua família”.